

Corpos-memórias da Guerra Colonial: os Deficientes das Forças Armadas e o «restolhar de asas no telhado»

BRUNO SENA MARTINS

Porquê, tão tarde, o passado?

(Manuel António Pina)

Para o José Dentinho (1944-2016)

A presença da Guerra Colonial (1961-1974) na memória da democracia portuguesa constituiu, durante muito tempo, algo próximo daquilo que a Michael Taussig chamou «segredo público», ou seja, «algo que é comumente conhecido, mas que não pode ser articulado» (Taussig, 1999: 6). Embora matizado por uma crescente visibilidade em anos recentes, o lugar residual ou fantasmático a que Guerra Colonial ocupa no senso comum permanece. É exatamente esse pano de fundo que pretendo contrapor às vidas que denunciam a insustentabilidade de um tal segredo. Neste texto, procuro centrar-me no modo como a experiência dos veteranos de guerra, feridos durante o conflito armado, constitui um reduto da memória da violência colonial. Através dessa leitura, fortemente ancorada num saber incorporado da permanência da guerra naqueles que a combateram, procuro contrapor esse «segredo persuasivo» forjado na memória pública às memórias e narrativas por ele subjugadas.

A milhares de quilómetros das frentes de combate, quatro décadas após o fim das hostilidades, no âmbito de projetos de investigação¹ realizados numa parceria

¹ Este trabalho beneficiou de Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE) e de Fundos Nacionais da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito dos projetos

entre o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) e o Centro de Documentação 25 de Abril, coube-me o grato privilégio de privar com as histórias de vida de cerca de quatro dezenas de veteranos, Deficientes das Forças Armadas² (DFA), residentes em Portugal.³ Um pouco por todo o país, recolhi narrativas que nos falam de como as vidas embargadas pela Guerra Colonial e marcadas pela deficiência necessariamente se distanciam de uma *normalidade desmemoriada* que se instituiu em Portugal.

Quando recupero as palavras de Taussig para refletir no que não pode ser articulado sublinho três instâncias, senão de impossibilidade, de provação para as condições de uma enunciação com efetivo sentido social. Em primeiro lugar, quero enfatizar o modo como o silenciamento da memória da Guerra Colonial cria um contexto em que a mera assunção da sua existência pode fazer do testemunho um gesto tão extraordinário como solitário. A isso mesmo se refere Paul Ricoeur quando nos fala de como o espectro da inverosimilhança produz a solidão das testemunhas: «É contra este fundo de suposta confiança de que emerge, tragicamente, a solidão das “testemunhas históricas” cujas experiências extraordinárias dificultam a capacidade de uma compreensão habitual e ordinária» (Ricoeur, 2004: 167).

O apagamento da guerra do espaço público produz a irrealidade a que António Lobo Antunes celebrenemente dá voz em *Os Cus de Judas*: «[...] começo a pensar que o milhão e quinhentos mil homens que passaram por África não existiram e lhe estou contando uma espécie de romance de mau gosto impossível de acreditar [...]» (2004: 69).

A solidão das testemunhas, neste caso, resulta do modo como o silenciamento da guerra produz como «extraordinárias» as experiências daqueles cujas biografias ficaram marcadas pela guerra. Trata-se, obviamente, de uma solidão desdita pela

PTDC/CS-SOC/118305/2010-FCOMP-01-0124-FEDER-019877 e PTDC/AFR/121404/2010-FCOMP-01-0124-FEDER-019531, e, também, de fundos ERC/FP7 (projeto «ALICE, espelhos estranhos, lições imprevistas» – agreement n.º 269807).

² O estatuto de DFA foi estabelecido em 1976 através do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro.

³ Este artigo trata em particular dos soldados que, tendo combatido pelas Forças Armadas Portuguesas, regressaram a Portugal, numa perspetiva desenhada em estreita relação com uma reflexão sobre o espaço público da democracia portuguesa. Tal não significa descurar as profundas e disseminadas marcas da guerra nos combatentes dos movimentos de libertação. Tão pouco significa esquecer os muitos soldados negros que combateram por Portugal, cerca de 50% dos efetivos no fim do conflito em 74 (Gomes, 2013), e que ficaram nos seus países, tantas vezes cumulando o peso da guerra e o estigma da traição (Meneses, 2015).

magnitude do contingente militar que foi mobilizado para as frentes de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, ao longo dos treze anos de guerra.

A segunda instância que historicamente se opõe à enunciação do testemunho de guerra por parte dos ex-combatentes prende-se menos com o espectro de uma inverosimilhança decorrente do seu apagamento público do que com a «indisponibilidade» de um auditório minimamente empático. Conforme salienta Ricoeur: «Existem também testemunhas que nunca encontram um auditório capaz de as ouvir ou de escutar o que têm a dizer» (Ricoeur, 2004: 167). Há, pois, um contínuo entre o apagamento da guerra no espaço público e a ausência de interlocutores capazes de inspirar a voz testemunhal no espaço das relações em que os ex-combatentes se movem.

Finalmente, a dificuldade de articulação de testemunho liga-se aos termos pelos quais, para os veteranos com deficiência,⁴ a memória da guerra tem que ver com a centralidade da dimensão corpórea da experiência. Face a uma corporeidade mutilada, a redescrição do sujeito confronta-se, por um lado, com os limites da linguagem para tornar comunicável uma vida em que a subjetividade corpórea assume especial protagonismo e, por outro lado, embate com a inescapável proeminência que a violência e o sofrimento ocupam enquanto referentes de visitaçã da memória da guerra.

Corpos-memória

Se recusarmos o dualismo que a biomedicina moderna estabeleceu entre normalidade e anormalidade patológica (Canguilhem e Striker, 1999; Davis, 1995), à luz do qual a deficiência se define, *grosso modo*, como uma condição anormal patológica, permanente, passível de visibilidade social e com implicações funcionais,

⁴ Pela centralidade que busco conferir à evidência resultante da materialidade corpórea, neste texto dedico-me em particular às experiências de combatentes com deficiências físicas, deixando de lado os DFA cuja condição se liga ao distúrbio de stress pós-traumático. O Distúrbio de Stress Pós-Traumático só ganhou estatuto nosológico oficial em 1980, na terceira edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* da Associação Psiquiátrica Norte-Americana. Em Portugal, só a partir de 1986 é que, progressivamente, os diagnósticos de DSPT se estabeleceram na análise das desordens de alguns combatentes. (Quintais, 2000; Albuquerque e Lopes, 1994)

decerto encontramos um amplo espectro de experiências que exprime como os corpos dos ex-combatentes são visitados pela memória da guerra. Na verdade, além da deficiência que os reconhece como DFA, estes ex-combatentes carregam toda uma sorte de *guerras vestigiais*, bem inscritas nas memórias dos seus corpos. O exemplo mais recorrente refere-se aos sons invasivos da guerra trazidos pelas mais triviais situações do quotidiano, como o simples bater de uma porta. Conforme me explica M., a partir da sua experiência:

Aprendi a reagir àquele som muito típico do morteiro, que era a arma principal, pelo menos da FRELIMO, que é um som inequívoco, aquilo é um morteiro. Mas é muito parecido, por exemplo, quando estamos distraídos, com o som de fechar uma arca frigorífica, aquele som abafado. E até mais do que isso, se visse a pessoa a fechar a arca não sentia nada, se estivesse distraído a falar com outra pessoa, aquele som de uma porta de uma arca, que cria aquele embate, parece a saída de um morteiro, e o meu corpo reagia, só não me atirava para o chão porque imediatamente percebia, mas sentia aquilo como um disparo de um morteiro (M., entrevista pessoal).

Do mesmo modo, o medo do próprio chão, resultado do fantasma das minas:

Eu sou de uma zona rural e sempre gostei muito da natureza e de caminhar nos caminhos no meio dos pinhais, sempre fiz isso, a minha sala de estudo eram os pinhais, eu ia para os pinhais, para o meio das vinhas, gostava de andar assim na rua, sentia-me bem, ia estudar para um sítio que eu gostava, sempre gostei muito da natureza, adorei estar em África por causa daquela floresta, como eu disse, mas, durante muito tempo, caminhar num trilhozinho no meio de um pinhal era assustador para mim porque nós não dávamos um passo sem pôr o pé na marca do outro, para não pisar a mina, portanto eu a caminhar ali, de repente sentia um medo, um arrepio, apesar de saber que não havia perigo, era preciso dominar-me para caminhar à vontade, sobretudo isso. Essa consciência de que o chão constitui um perigo é terrível, quando a gente interioriza isso de que o chão é o perigo, é uma coisa terrível, isso entrou em mim e não saiu totalmente (M., entrevista pessoal).

Além de gestos reflexos que poderíamos associar ao medo defensivo, vivificam nos ex-combatentes inúmeros hábitos trazidos da guerra (e também dos hospitais militares, nos casos daqueles que por lá passaram): hábitos de dormir, de alimentação, de consumo alcoólico, de higiene, etc. A este respeito, M. conta-nos como, passado

muito tempo depois da guerra, já em Portugal, por vezes ainda se sentia desprotegido quando caminhava na rua, por estar desarmado – sem a sua espingarda G3:

[...] curiosamente nós dormíamos com ela [G3] no meio das pernas, era uma coisa bastante erótica, surpreendentemente erótica, nós dormíamos abraçados à G3, uma das maneiras de pegar na arma é abraçá-la, é a forma mais cómoda de a trazer, a gente pega-lhe pelo punho ao contrário... e ela vai cruzada como um bebé, a forma carinhosa de pegar num objeto, abraçando-a. Isto é apenas uma curiosidade, não acredito que tenha alguma influência, mas a verdade é que ela passa a fazer parte de nós, não como um simples adereço, e quando nós acabamos o serviço militar [...]. É assim um objeto ou um mecanismo perfeito, funciona quase automaticamente, confere esse poder, e de repente o soldado sente-se sem isso, e acho que isso é geral, esse sentimento de estar desarmado. E isso pode não ser consequência, mas está a par com uma certa violência, com aquela raiva toda contida durante tanto tempo, aquele stress mal controlado, que leva a que haja, não só o stress de guerra que é diagnosticado, mas também a situações pontuais de violência, de incapacidade de relacionamento com os outros, intolerância, controlo de emoções [...]

M. perdeu uma perna em Moçambique ao pisar uma mina antipessoal. No entanto, a despeito desse momento que o mutilaria irreversivelmente, o modo como a guerra o habita não é separável de toda uma série de eventos e rituais que irmanam as experiências de muitos dos que cumpriram o serviço militar nos anos da Guerra Colonial. Neste particular, creio ser pertinente acompanhar o modo como Veena Das (2015: 12-22), num interessante diálogo com Elizabeth Povinelli (2011), recusa uma distinção entre quase-eventos e eventos ou momentos críticos. Os quase-eventos seriam aqueles que, espalhados no tempo, não seriam socialmente apreendidos como tendo acontecido e que, portanto, não convocariam respostas políticas particulares. Os eventos ou momentos críticos, esses, sim, teriam uma dimensão catastrófica, acontecida num tempo particular, e politicamente mobilizável. Não desmerecendo a valia heurística desta distinção, cujo fôlego recuperaremos à frente dentro de um outro quadro teórico e para uma outra temporalidade, acompanho Veena Das quando defende que a ideia de quase-eventos confere excessiva centralidade aos dispositivos políticos e mediáticos que definem o que acontece.

Uma sensibilidade ao modo como os sujeitos são marcados pelo dia a dia da guerra, pelo que de crítico pode ocorrer pelo caráter cumulativo ou decisivo das

rotinas, dos hábitos, do medo miúdo, das saudades, do tédio, da sujeição à hierarquia, ajuda-nos a elidir três distinções. Em primeiro lugar, aquela que nos faria olhar para os DFA apenas em função do momento que os mutilou corporalmente, esquecendo quanto a guerra neles se imbricou de tantas e diversas formas. Em segundo lugar, dilui-se a distinção que nos faz pensar nos DFA como casos únicos ou especiais de memórias persistentes (e invasivas) da guerra, na persuasão de que, certamente em diferentes intensidades, a força da memória da guerra atravessa a experiência esmagadora da maioria daqueles que a combateram – e certamente dos muitos civis que em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique sofreram de perto os seus flagelos. A terceira distinção que se extingue é aquela que nos permitiria perceber narrativas dos DFA como meras vítimas.

No entanto, dito isto, creio haver razões para podermos entrever nos DFA testemunhas singularmente militantes na oposição ao silenciamento que compôs o segredo público em relação à guerra. Em primeiro lugar, porque a luta pelos seus direitos como ex-combatentes com deficiência deu origem a uma comunidade política que se substanciou na criação da ADFA, concretizada em 14 de maio de 1974, que tem sido a organização de pessoas com deficiência com maior protagonismo no protesto público e na ação reivindicativa em Portugal (Fontes, 2014; Martins 2015). Por outro lado, ligando a luta pelos direitos dos DFA à assunção condenatória da Guerra Colonial, a ADFA constitui a organização política do pós-guerra português que, alego, mais persistentemente denunciou a existência de uma guerra no ocaso do ciclo colonial português. Em segundo lugar, porque a deficiência é uma categoria social que anima agudas formas de opressão e exclusão social num País como Portugal e que frequentemente está associada a experiências fenomenológicas de vulnerabilidade existencial e sofrimento. Deste modo, pelo que há de representacional e vivido em torno da objetificação que define a deficiência, as histórias particulares dos DFA estão vinculadas aos significados associados ao «corpo extraordinário» (Thomson, 1997) e à perpetuação, como dor, da violência que segue à violência da guerra. Neste sentido, em larga medida, a força militante do testemunho contra o esquecimento da guerra nos DFA é tanto uma escolha como uma injunção ontológica.

Lembranças extenuadas

Os mais íntimos processos memorativos vivem numa relação de dependência, recursiva mas assimétrica, com os valores e com as narrativas sociais. Cabe então perceber como a experiência da guerra pode ser tão significativa para uma percentagem tão relevante da população e, ao mesmo tempo, uma realidade tão habilmente denegada, ao longo de décadas, na memória pública de um país que, para cúmulo, conquistou a democracia em íntima relação com a erosão social e política suscitada pela guerra.

Antes do 25 de Abril, a guerra existia essencialmente numa esfera privada que, apesar de densamente capilarizada na sociedade portuguesa, não chegava a ser pública; a guerra existia, pois,

com a mobilização dos filhos, irmãos, namorados ou maridos para a guerra, com as cartas que traziam notícias dessa guerra distante, com um telegrama oficial, com o regresso dos militares a contar histórias de África, com o regresso dos mortos e dos estropiados, com as deserções, as fugas «a salto», e todo um conjunto de situações que foi começando a corroer por dentro o regime e o seu discurso. (Ribeiro, 2004: 178)

O regime liderado por António Oliveira Salazar até 1968 e, depois, por Marcelo Caetano controlava a opinião pública, que assim se mantinha desinformada sobre a verdadeira dimensão e impacto da guerra, minimizada e apresentada como uma «ação de soberania». O poder da censura e da propaganda vingavam assim em esconder a formidável escala humana e militar mobilizada para conter os ensejos anticoloniais e independentistas em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Por outro lado, a Guerra Colonial nunca ocupou óbvia centralidade como bandeira nos diferentes partidos que constituíam a oposição ao regime. Embora, a partir dos anos 70, a guerra tenha sido um tema crescente e abertamente brandido por muitos dos movimentos de esquerda, uma maior politização condenatória durante o conflito esteve frequentemente refém de reticências ideológicas e estratégicas, presentes seja na reprovação declarada da guerra, seja na decisão sobre a deserção dos militantes mobilizados para as frentes africanas (Cardina, 2010: 220-224).

A transição para a democracia também não faria eclodir o tema da guerra no espaço público, nem durante a descolonização – marcada que foi pelo regresso dos soldados e «retornados» – nem nas décadas que se seguiram. O Movimento das

Forças Armadas, responsável pela revolução, nasce do descontentamento de oficiais de níveis intermédios em relação à guerra. Ou seja, o poder que se estabelece no 25 de Abril é fortemente marcado pela presença de militares que foram parte ativa no esforço de guerra. Além das hesitações políticas que impediram que o 25 de Abril representasse uma cabal assunção do fim da guerra e reconhecimento das independências das colónias (Guerra, 2009; Afonso, 2013; 2015), está o facto mais duradouro de uma ordem sociopolítica que, tendo sido fundada com o forte contributo de militares e ex-combatentes, sempre careceu de um límpido desassombro para uma evocação condenatória da guerra. Num quadro em que as invocações heróicas da guerra teriam pouca sustentação, já que esta redundou numa contenda perdida em favor dos movimentos de libertação, destituída de poderes que a legitimassem retrospectivamente, longamente condenada pela comunidade internacional, a invocação condenatória esteve sempre fortemente inibida pelo paradoxo trazido pelo passado militar dos protagonistas do regime encetado com o 25 Abril.

O silenciamento da Guerra Colonial, além das razões que têm que ver com as particularidades do regime que impôs a guerra e do processo de democratização que se lhe seguiu, continua a apoiar-se numa autorrepresentação benevolente da experiência ultramarina portuguesa. Como é bem sabido, a elisão da violência colonial da experiência colonizadora portuguesa concerta-se seja com as narrativas heróicas dos Descobrimentos, seja com a apologia de pendor lusotropicalista que o Estado Novo recolheu de Gilberto Freyre. Como refere Eduardo Lourenço, neste particular Portugal partilha com muitos outros ex-impérios coloniais europeus uma descolonização por cumprir, aquela que possa levar a um reconhecimento do papel fundador da história colonial e do pensamento colonial que lhe sobrevive:

A abordagem crítica à complexidade esfíngica da Europa continua a encobrir a necessidade de uma descolonização completa do pensamento e da imaginação hegemónicas da Europa, ou seja, da necessidade de uma efetiva descolonização da Europa da sua própria experiência colonial. (Lourenço, 2014: 16)

No mesmo sentido, escreve Boaventura de Sousa Santos, «[n]esta invisibilização histórica da violência colonial encontramos uma das expressões de como o colonialismo como relação social sobreviveu ao colonialismo como relação política» (2013: 10). Pensar no colonialismo de forma crítica implica, pois, inscrever na história de violência colonial o outrora épico da gesta ultramarina, considerando,

por exemplo, o protagonismo de Portugal nas misérias do tráfico atlântico de negros escravizados (cf. Bethencourt, 2014: 181-203) ou, evidentemente, o escusado sofrimento de toda a ordem imposto pela Guerra Colonial. Em todo o caso, uma tal leitura implica perceber como a violência racial sempre tutelou as mais elementares relações no quotidiano, criando mundos em que, como dizia Frantz Fanon, o sujeito colonial tinha de aprender, antes de tudo, a ficar no seu lugar, a não ultrapassar os seus limites (2004: 15). Nesse sentido, falar da Guerra, tomando-a como parte da empresa colonial racista, implica um gesto paradigmático de recusa da ideia dominante sobre Portugal e sobre a epopeia aventurosa do seu povo.

Além do mais, perante uma guerra tão longa, animada politicamente por um nexos colonial-racista, marcada por elevados níveis de frustração e exaustão dos combatentes, a memória condenatória da guerra deteve-se, quer no espectro de um confronto coletivo com massacres e crimes de guerra (ver e.g. Dhadha, 2015), quer no difícil gesto de assunção da quota individual na violência imposta, em particular, às populações civis e aos prisioneiros de guerra. Esta dimensão assume relevo na medida em que, conforme pude perceber, a experiência dos DFA é contraditória na relação com a violência, ficando patente em muitas das suas narrativas a insustentabilidade de uma narrativa que os configure como meras vítimas. São, muitas vezes, cumulativamente vítimas, perpetradores e testemunhas da violência de outrem. Trata-se, na verdade, de um paradoxo subtilmente cortejado no mote da ADFA: «A força justa das vítimas de uma guerra injusta». São vítimas da guerra no sentido em que nela adquiriram deficiência, no sentido em que muitos lutaram um combate que nunca sentiram como seu, mas são vítimas paradoxais: porque foram parte de um exército imperialista e porque muitas das suas histórias os retratam, igualmente, como perpetradores de violências.

V. conta-me aquele que é para si, hoje, o episódio mais marcante da sua memória da guerra, provavelmente, diz-me, mais do que os incidentes que o feriram irreversivelmente:

Uma vez o destacamento estávamos a regressar de uma operação, e junto ao aquartelamento – nessa altura estávamos numa zona que... embora dissessem que aquilo era uma cidade ou uma vila... havia lá casa de brancos, e havia as casas dos africanos, e junto aos aquartelamentos... [suspira] às horas das refeições os jovens, os putos, vinham com a sua... buscar restos de comida. E havia muitos que davam, e outros que não davam, porque havia indivíduos que queriam mesmo era matar, queriam era acabar com aquilo. Mas, felizmente, creio que a maioria não pensava assim. Tínhamos era que cumprir as ordens

do poder político de então. E então, quando estamos a chegar a esse aquartelamento está lá uma jovem [*pausa*] – teria 12, 13 anos, não sei – e todos nos servimos dela sexualmente. Todos, não, uns sete ou oito – onde eu estou incluído.

G. pertencia a uma unidade de comandos e recorda assim os sentimentos suscitados pela sua participação nos ataques a aldeamentos:

Alguns heli-assaltos que nós fazíamos... Portanto, nós éramos largados em cima dos aldeamentos, eu fiz aquilo três ou quatro vezes, a minha Companhia fez aquilo dezenas de vezes – porque eu vim evacuado, depois voltei... Mas há homens que fizeram aquilo dezenas de vezes, e como os aviões iam bombardear, antes, muitas vezes nós, quando saltávamos, já não estava ninguém. De qualquer maneira, lembro-me por exemplo, uma vez em que fizemos apeados, e quando chegámos ao aldeamento – fomos detetados antes – e quando entrámos, entrámos já quase no lusco-fusco, e entrámos a correr e a disparar. Naquela altura não me fez grande... Porque eu não via!... Há uma coisa que é engraçada – não sei se com os outros acontecia o mesmo – quando nós entrávamos, aquilo era selva, era vegetação, eu não via pessoas, não via pessoas, ou via vultos, ou via... não via pessoas! E lembro-me disto, tenho cá dentro na minha memória, nesse dia nós levávamos umas granadas incendiárias para ser mais fácil puxar fogo às cubatas. Eu levava duas granadas incendiárias, e quando entrei, ainda mandei uma granada, e aquilo ficou de tal maneira gravado na minha memória, que ainda hoje me lembro! E quando vou mandar a segunda granada eu tive qualquer coisa que me disse: «Eh, pá... tu sabes quem está lá dentro? Estarão lá crianças, estarão lá mulheres?». E eu puxei da granada, e não a atirei, atirei para o chão.

S. conta um dos momentos de «crueldade» que mais o perturbou, decorrido, como tantos outros, num momento em que a retaliação de um ataque das tropas inimigas é dirigido às populações:

eles estavam ali a descansar, mas entretanto, andavam ali na estrada alcatroada e os guerrilheiros fizeram um buraco por baixo do alcatrão e colocaram uma mina, não é? A mina rebentou e explodiu e provocou os seus estragos. Eles então, para se vingarem – aquela coisa, não é?, da guerra – traziam africanos naqueles mesmo assentos da Berliet [...]. De vez em quando paravam e vinham cá à frente e davam-lhes cargas de porrada. Uma coisa horrível. E depois à frente... Eu passei-os, a minha coluna passou... Quando eu chego à frente, vejo dois negros enforcados. E depois estava escrito assim no alcatrão: «FRELIMO

zangou, tropa zangou mais.» Estavam ali duas pessoas da população enforcadas.

Os DFA trazem da guerra marcas duradouras que os configuram mormente como vítimas, no entanto as suas narrativas não deixam de dar conta do seu papel, comum a muitos ex-combatentes, como autores de violências. Nas histórias que me foram contadas, o peso destas violências emerge fundamentalmente dentro de um desejo de expiação de uma culpa, subjetivamente reconhecida, e que me foi sendo confiada no quadro de imersão emocional consentido por um encontro de circunstâncias: o muito tempo passado desde a guerra; a prefiguração de uma morte já não tão distante (falamos de pessoas com sessenta/setenta anos de idade, com deficiências várias), facto que convida a um testemunho em jeito de testamento; e, finalmente, acredito, a singular confiança suscitada por um quase-estranho, afiançado pela direção da ADFA, com o manifesto propósito de escutar sobre os irredimíveis da guerra. Trata-se de uma culpa que nos remete para próximo daquilo que Karl Jaspers (*apud* Ribeiro, 2010) designou por culpa moral. Nas palavras de António Sousa Ribeiro, a culpa moral de que Jaspers nos fala

tem que ver com a responsabilização ética pela participação em ações criminosas, mesmo que dessa participação não resulte uma responsabilidade criminal (...). Esta dimensão de culpa tem que ver com a consciência individual. O tribunal é a consciência de cada um. (2010: 12)

Reconhecer o modo diverso como a violência irrompe nas narrativas dos DFA não desdiz, no entanto, o modo como a própria deficiência emerge, quase invariavelmente, como momento fundador de uma identidade e de um corpo onde a guerra se inscreveu inapelavelmente. Um evento que resultou numa amputação, cegueira, surdez, paraplegia, paralisia cerebral, etc., detém, nas sucessivas histórias de vida, um poder demolidor próximo daquilo a que Veena Das chama «violência aniquiladora de mundo» («world annihilating violence») (Das, 2007: 8). Afinal, como dizia Michel Foucault: «[o] modo de ser da vida, e aquilo que faz com que a vida não exista sem me prescrever as suas formas, são-me dados, fundamentalmente, pelo meu corpo» (Foucault, 2002: 354).

Violência aniquiladora de mundo

Veena Das fala da «incorporação de eventos de violência» (2010: 144) para referir como há testemunhas incorporadas cujas vidas vingam em escapar à relação entre a exposição à violência extrema e o indizível, que aí se instaura como espectro. Nesse sentido, a incorporação da violência assume a forma de uma resistência e de um luto que é também uma declaração do que pode ser a inviolável força da memória nos «mundos locais» da existência. As vidas dos DFA substanciam proverbiais testemunhas incorporadas da violência da guerra, pelo modo como politicamente produziram uma voz coletiva de denúncia à Guerra Colonial e suas consequências, e pelo facto de que os seus corpos são um só corpo com os estilhaços da guerra. As suas existências incorporadas exprimem como, por vezes, a memória «não existe ao nível da representação, mas ao nível de um gesto particular com que se habita o mundo» (Das, *ibid.*). Neste caso, habitar o mundo, resistindo às experiências de violência capazes de suspender o sentido da existência, é já uma forma de ser e produzir memória e conhecimento. Conforme referem Francisco Varela *et. al.*, por demasiado tempo

[f]oi erradamente assumido que apenas uma perspetiva que transcenda a incorporação humana, a imersão cultural, a compreensão imaginativa e a localização dentro de tradições historicamente mutáveis pode garantir a possibilidade de objetividade. (1991: 138)

Nos DFA, as cadeiras de rodas, as pernas e os braços protésicos, as bengalas brancas, os zumbidos nos ouvidos, as dores incessantes, os problemas de estômago, remetem para um evento iniciático (ou para uma sucessão frenética de eventos) passados há mais de quarenta anos num continente onde – esmagadoramente – nunca mais voltaram. A evocação desse evento equivale, quase sempre, ao relato do dia em que o mundo então existente mudou de forma.

A companhia de R. estava aquartelada em Lufico – a 70 km da fronteira norte de Angola – e tinha como principal missão intercetar as tropas do MPLA que se deslocavam do Congo Brazzaville para os arredores de Luanda. Ao sexto dia de uma operação, a 40 km do quartel, depois de uma noite sem dormir pela presença de tropas inimigas, coube a R. a função de desmontar uma armadilha que tinha sido colocada pelas forças portuguesas na véspera (tratava-se de proteger um veículo pesado, da Junta Autónoma de Estradas, que estava a arranjar a picada). Foi então que se deu o rebentamento da granada:

Quando rebentou eu fiquei admirado porque não estava à espera, apanhou-me completamente de surpresa claro e o meu primeiro pensamento, deve ter sido num décimo de segundo, foi «morri» mas depois pensei «não, eu estou a pensar se calhar não morri» e ouvi um soldado dos meus – eu era provisoriamente o comandante de segundo combate (...) – a dizer assim «olha o [R.] morreu» e eu pensei para mim «então mas afinal eu estou a ouvir». Portanto, eu não desmaiei logo, fiquei consciente, fiquei logo sem a mão direita, fiquei logo todo ferido nas pernas e na barriga e na cara e tal, e no olho direito, etc., a parte direita do corpo toda mas mesmo assim eu estava consciente [...]. E eu tive que comandar a minha própria evacuação porque os meus soldados, eu devia estar num estado tão miserável, terrível, com o aspeto dos ferimentos porque era a parte direita do corpo todo que alguns soldados devem ter virado a cara para o lado para nem me ver ou qualquer coisa e lembro-me de ter ouvido assim, um ou dois dizer «o [R.] morreu». (entrevista pessoal)

S., recrutado em Moçambique, foi para Tete (Moçambique) depois de ter feito a instrução em Boane. Foi em Tete que ficou irreversivelmente cego quando tentava levantar uma mina:

Mande os homens afastarem-se e tal. E eu vou tentar levantar a mina, porque não... Pronto, aquilo foi instintivo, eu não queria, naquele momento, explodir a mina, porque não queria ser detetado, queria chegar ao meu destacamento sem ser detetado. E quando estava a tirar a coisa, eu devo ter cometido um erro qualquer. [...] Não, não, não fico inconsciente. Naquele momento, eu não tenho consciência que vou ficar cego, não é? Tinha apenas aquele... O estoirar de uma mina, que me apanha a cara, me queima o peito, e depois eu caio. [...]

Foi já no hospital de Lourenço Marques que lhe foi ditada a sentença de que iria ficar cego:

E eu estava todo entrapado e tal, mas [...]. Depois, sei que eu sou operado... Isso depois já me contam... Já não sou eu, depois eu já estou a contar o que o meu cunhado me contou: que o médico, o doutor [P.], eu nunca mais me esqueço do nome dele, que me operou, oftalmologista, que foi terrível não para mim nessa altura, mas para o meu cunhado e para a minha irmã. Que o médico oftalmologista trazia no bolso da bata o meu olho, o meu olho esquerdo, que era aquele que ele pensava que podia salvar, e que deitou fora, não pôde salvar. E que teve que mo arrancar. [silêncio] E a partir daí, ficou traçado o meu destino, ser cego, não é?

Entre momentos de desespero frequentemente visitados pela ideia de suicídio e o total desamparo vivido no hospital militar de Lisboa, R. acabaria por se reestabelecer graças ao apoio da família, à reabilitação que fez numa instituição para pessoas cegas – a Fundação Raquel e Martin Sain – e, finalmente, à ADFA.

T. ficou paraplégico após ter ser ferido num ataque ao quartel, em Chai (Moçambique)

[...] a véspera, portanto, no dia 9 de junho, depois do almoço, duas horas depois de almoço, fui fazer um patrulhamento aos morros em volta, com um Pelotão, nem era o meu, o meu não estava, fiz um patrulhamento, normalmente, não tive problemas nenhuns, regresssei ao quartel, tomei o meu banhinho, vesti a fardazinha mais levezinha, e nem me calcei, pus as chamadas chanatas, não é? Depois fui jantar, por volta das 6 e qualquer coisa, que jantávamos muito cedo, e às 6:30 mais ou menos, quando estava a tomar o café, rebenta a primeira granada morteiro e rebentou logo no quartel, e eu naquele dia fiz uma coisa que não costumava fazer, costumava-me deitar para o chão e naquele dia não sei o que é que me passou pela cabeça, fui a correr em direção ao quarto, para buscar água, portanto, entrei numa porta e quando ia a sair pela outra porta, rebenta uma granada atrás de mim, mais ou menos 3 metros, projetou-me contra a parede e fiquei imobilizado no chão, não perdi a consciência mas não fazia uma pequena ideia do que é que se passava porque eu consegui sentar-me mas depois pôr-me de pé é que não conseguia, não tinha a mínima ideia do que é que tinha acontecido, depois comecei a gritar, ainda debaixo de fogo, nós apagámos uma coisa que se podia apagar, os holofotes, desligávamos a luz, era feito através de geradores elétricos, e entretanto, mais ou menos, a meio, ainda houve um grupo de soldados que me levou para a enfermaria, com velinhas, andaram lá a procurar-me introduzir soro e depois aquilo acabou, mais ou menos, passado meia hora, pediu-se uma evacuação, ainda foram fazer a pista, de terra batida, picaram a pista e puseram garrafinhas de... aquelas latas de cerveja com luz para um eventual avião que estivesse a aterrar da Força Aérea...

Os relatos dos eventos mais ou menos catastróficos de que resultou a deficiência assinalam, também, o fim da guerra e o início de uma jornada liminar que para muitos foi marcada por longas permanências no Hospital Militar de Lisboa. A consciência de uma vida com um corpo mutilado, numa realidade social alheia à guerra, é ganha ao longo de um percurso entre o ferimento, os hospitais e o retorno à vida civil.

Vergílio Ferreira, discutindo a tese de Michel Foucault acerca da recente invenção do homem como centro de saberes, fazia notar que o homem sempre esteve lá, «apenas não precisou de o saber». Substanciando esta ideia, o autor oferece uma analogia sobre a qual me detenho: «Como se não dá conta de um órgão antes dele nos doer... Não pensamos no nosso corpo enquanto temos saúde. Mas a doença não o inventa...» (Ferreira, 1998: 43). A dor física, a privação sensorial, os limites à atividade trazidos por um desastre ou por uma doença não criam por si a centralidade do corpo, uma vez que ele é um dado incontornável da existência (Merleau-Ponty, 1999; Csordas, 1990; 1994); esses eventos trazem, isso sim, a consciência do caráter incorporado da existência. É essa a tese que Drew Leder sustenta em *The Absent Body* (1990). Este autor, partindo de uma evidente orientação fenomenológica, procura confrontar o paradoxo da ausência corpórea. Os nossos corpos preservam-se num estado de latência ou invisibilidade na quase totalidade das nossas existências e ações quotidianas. Portanto, durante a maior parte do tempo, e na maioria dos sujeitos, o corpo tende a não ser trazido à consciência, permanecendo numa espécie de presença não notada e não tematizada. Como mostra Leder, esta ausência do corpo da consciência do sujeito é apenas suspensa em situações muito particulares: no escrutínio dos olhares de outros, no confronto com a própria imagem corporal, numa digestão ruidosa, na necessidade de urinar, na fome, na doença, na dor, etc. Isto é, o corpo é feito saliente nas experiências que tornam o corpo presente e que promovem aquilo que o autor designa por «*heightened body awareness*». No entanto, para quem tem uma dor crónica, uma limitação de atividade ou, simplesmente, um corpo que é reconhecido como anormal, o excesso de consciência do corpo é uma condição da existência. Este excesso de consciência é, também, uma forma de conhecimento.

No caso dos DFA, a condição da existência que impõe um constante excesso de consciência do corpo impõe igualmente um «excesso de memória» da guerra. O «excesso de memória» dos DFA é sublinhado, também, pelo manifesto silêncio da sociedade portuguesa face à memória da guerra, pela discriminação social das pessoas com deficiência, e nesse sentido o «excesso de memória» é tanto um precioso testemunho – o reduto de uma narrativa contra-hegemónica de que devemos ser gratos tributários –, como uma continuada forma de violência.

Violência lenta

Os relatos que descrevem o retorno dos DFA à «metrópole» dão conta de um regresso tortuoso, senão impraticável. De facto, as transformações provocadas pelo labor das armas nos seus corpos e nas subjetividades somaram-se ao descaso das estruturas de reabilitação e reintegração⁵ e à «fantasmática evidência» de uma guerra não acontecida. Como refere Veena Das, refletindo sobre a desresponsabilização do Estado e da sociedade na restituição das vítimas de violência num outro quadro (a violência de género na partição da Índia), a vulnerabilidade, alienação e o sentimento de uma vida traída tornam-se parte de uma ecologia quotidiana:

Nestes casos, não é apenas a violência vivenciada no corpo, mas também a percepção de que se perdeu o acesso ao contexto, que constitui a sensação de ser violentado. A fragilidade do social imbrica-se numa temporalidade de pressentimento na medida em que se deixa de ter confiança em que o contexto está no lugar. [...] O trabalho etnográfico aqui é descrever como os sentimentos de ceticismo vêm permear uma vida quotidiana acossada, de tal modo que a garantia de pertencer a entidades mais amplas como a comunidade ou o Estado é incapaz de apagar as feridas, ou de providenciar meios de reparação deste sentimento de ter sido traído pelo quotidiano. (Das, 2007: 9)

Perante eventos que desafiaram o sentido das suas existências, a experiência pós-guerra dos DFA remete-nos para uma resistência continuada, ora operando por um distanciamento estratégico – o esquecimento possível –, ora dando voz a uma assunção reivindicativa – nos mundos locais e no espaço público – da profundidade das feridas por reparar. Na permanência das feridas avultam duas dimensões. A primeira, eminentemente fenomenológica, liga-se ao que noutro lugar designei por «angústia da transgressão corporal» (Martins, 2006: 217-59; 2008). A angústia da transgressão corporal refere-se à vulnerabilidade da existência dada por um corpo que nos falha, que transgride as nossas referências na existência, as nossas referências no modo de ser-no-mundo. A segunda ferida tem que ver com uma organização social e um quadro de valores profundamente opressores das

⁵ A toponímia de algumas das valências do Hospital Militar de Lisboa é bem ilustrativa. O designado «Depósito de Indisponíveis» exprime bem o modo como muitos se sentiram depositados, inválidos e abandonados. Por seu lado, o «Texas», designação informal popularizada do anexo do Hospital Militar Principal, refere o ambiente de caos e desordem generalizada (qual *Far West*) que ali se vivia.

peças com deficiência, cujas vidas enfrentam atitudes e concepções discriminatórias, barreiras arquitetónicas e comunicativas, critérios excludentes no acesso ao mercado de trabalho, salários baixos e condições de trabalho precárias. Procurarei convocar alguns relatos em que estas dimensões, não inteiramente separáveis, são postas em evidência.

B. ficou sem os braços com o rebentamento de uma granada. Depois de um período de completa desesperança, em que deu tudo por «absolutamente perdido», foi-se revigorando no hospital militar, sobretudo pelo ânimo encontrado na companhia de ex-combatentes em situações semelhantes à sua. Conta assim o embate que sentiu quando se aventurou no mundo cá fora:

E aí veio um choque muito grande! Aí surge um choque muito grande! Porque... digamos que eu para mim... eu já tinha interiorizado a ideia de que a vida continuava! Não é? E quando enfrento as pessoas chego a uma conclusão oposta! «Não. Afinal a vida para mim não tem lugar!» Quer dizer, a vida lá fora, como as outras pessoas, não! Porque a maneira... a reação, a reação das pessoas perante um jovem como eu – que saía sem próteses, não é? –, com ligaduras nos braços (...) Um povo muito afetivo, como nós somos, com as emoções à flor da pele, as pessoas reagem! Reagem! Reagem aproximando-se! «Ah! Coitadinho! Tão novinho e sem braços! Ai que horror! Coitadinho!» Que eu realmente, enquanto vivia naquele mundo fechado do hospital, tivesse concebido que realmente a minha vida ia ser difícil, mas que andaria por aí no meu espaço próprio! Sem ser apontado pelos outros «Olha, tu não és de cá!» Convencido que eu também seria! Continuaria a ser, a pertencer, a esta sociedade. E de repente dizem-me «Não! Tu não pertences mais a esta sociedade», não é? (entrevista pessoal).

O embate com os olhares da rua seguiria B. pela vida (ainda que mais tarde mitigado pelas próteses) e concretiza bem o que Rosemarie Thomson nos diz acerca da deficiência no espaço público: «Os desvios corpóreos às expectativas dominantes nunca passam sem ser interpretados ou punidos» (1997: 7).

Ao cair de um *Unimog*,⁶ J. ficou tetraplégico, ficando com reduzida mobilidade nos membros. Não obstante a imobilidade completa que o tempo lhe trouxe, orgulha-se de ter conseguido ter uma vida ativa, tendo administrado um pequeno comércio familiar e sido parte da direção do clube de futebol da sua terra. No entanto, a

⁶ Veículo produzido pela Mercedes usado pelas Forças Armadas Portuguesas na Guerra Colonial.

vida que a tetraplegia lhe impôs não escapa à mágoa e à angústia, sobretudo pelo facto de nunca ter constituído família e pelos momentos de absoluto desamparo que a noite sempre lhe traz:

O senhor já reparou o que era um indivíduo pensar em construir uma família, durante todo o tempo... que Deus... fosse vivo, andar cá, levar uma vida – eu não digo totalmente só de gozo, mas levar uma vida diferente. Agora, vê-se nesta situação... Primeiro que a gente acabe de me dar de comer, é uma coisa... Depois, ficar na cama, fechar a luz – eles fecharem-me a luz – e eu ficar na cama, e a única coisa que dá à gente é vontade de chorar. Ninguém faz ideia o que é este sofrimento... (entrevista pessoal)

Recapitular as vidas dos DFA, décadas após o fim da guerra, seguindo-lhes os passos junto das suas famílias, comunidades de residência, nas suas lutas quotidianas por cuidados de saúde, segurança económica, nos espaços de lazer e camaradagem, nos momentos de politização coletiva da memória da guerra, implica tentar responder à pergunta: «O que é que acontece ao sujeito e ao mundo quando a memória [de momentos de horror] se entretetece nas relações em curso»? (Das, 2007: 8). O nosso viés corre, porventura, o risco de reduzir a existência dos DFA à inescapável incorporação de uma guerra infinda. As vidas que se seguiram à guerra, ou não fossem elas histórias de sobrevivência e resistência, exprimem como há momentos em que a guerra e as suas consequências também podem ser esquecidas sem denegação, apenas porque mais vida se alevanta. No entanto, permanece a persuasão de que a Guerra Colonial, contra um insustentável «segredo público», vivifica sobre a forma de violência e, naturalmente, de luta contra essa mesma violência.

O pós-guerra dos DFA coloca-nos perante o que Rob Nixon designa por «violência lenta» (Nixon, 2009; 2011):

A violência que ocorre gradualmente e longe da vista, uma violência da destruição diferida que está dispersa pelo tempo e pelo espaço, uma violência de atrito que normalmente nem sequer é entendida como violência. (Nixon, 2011: 2)

Reconhecer os pulsares desta violência lenta afasta-nos de uma tentação interpretativa que nos faria deter no eterno retorno das deflagrações da guerra, aproximando-nos da violência vivida nas minudências dos dias e das noites, nas cidades e lugarejos de uma ex-metrópole capaz de reinventar a violência ao jeito de uma

democracia que tem na desmemória uma das formas da fatal injustiça cognitiva (Santos, 2007). Cabe, pois, perceber a violência e o sofrimento continuados que se distendem muito para além da espetacularidade do desastre:

A violência é habitualmente entendida como uma ação que é imediata no tempo, explosiva e espetacular no espaço, e que eclode com uma visibilidade instantânea. Precisamos, creio, de nos ocuparmos de um tipo diferente de violência, a violência que não é espetacular nem instantânea, mas gradual e cumulativa, cujas repercussões calamitosas se movem através de uma série de escalas temporais. (Nixon, 2011: 2)

A objetividade incorporada que nos é dada pelas narrativas pessoais dos DFA, parciais e situadas como são, constitui, ainda assim, uma forma de iluminar, não sem paradoxos, a prolixa persistência da violência colonial. Essa violência, às vezes lenta, outras vezes espetacular e desastrosa, habita, ainda, legiões de outros corpos em tantos outros lugares feitos de mundos especialmente vulneráveis ao aniquilamento. Trata-se de uma violência incessante que assola, sobretudo, as vidas dos sujeitos ainda-colonizados e das mulheres e dos homens que vivem nas «zonas de não ser» (Fanon: 1967: 8).

O esquecimento contra o qual os Deficientes das Forças Armadas fizeram a sua luta, no mesmo movimento em que lutavam pela dignidade dos seus devires, está hoje mais débil e permeável à evocação da guerra. Mas para que a memória da Guerra Colonial e do colonialismo não se verta na celebração de uma imprecisa estética da perda ou numa elegia melancólica do desastre, as lutas e os corpos dos DFA devem constituir, a meu ver, um testemunho crucial contra a sordidez do longo tempo colonial.

Referências bibliográficas

- Afonso, Aniceto (2013), «Exercício Alcora: um projecto para a África Austral», in Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins (orgs.), *As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina: 109-22.
- Afonso, Aniceto (2015), «Os capitães do 25 de Abril em Moçambique: à procura de um inimigo», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, 167-76.

- Albuquerque, Afonso; Lopes, Fani (1994), «Características de um grupo de 120 combatentes da Guerra Colonial vítimas de stress de guerra», *Vértice*, 58, 28-32.
- Antunes, António Lobo (2004), *Os Cus de Judas*. Lisboa: Dom Quixote.
- Bethencourt, Francisco (2015), *Racisms: from the Crusades to the Twentieth Century*. Princeton: Princeton University Press.
- Canguilhem, Georges (1984), *Le normal et le pathologique*. Paris: PUF.
- Csordas, Thomas (1990), «Embodiment as a Paradigm for Anthropology», *Ethos*, 18(1), 5-47.
- Das, Veena (2007), *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkeley: University of California Press.
- Das, Veena (2015), *Affliction: Health, Disease, Poverty*. New York: Fordham University Press.
- Das, Veena; DiFruscia, Kim Turcot (2010), «Listening to Voices: An Interview with Veena Das», *Altérités*, 7(1), 136-45.
- Davis, Lennard (1995), *Enforcing Normalcy: Disability, Deafness and the Body*. London: Verso.
- Dhada, Mustafah (2015), *The Portuguese Massacre of Wiriyamu in Colonial Mozambique, 1964-2013*. London / New York: Bloomsbury.
- Fanon, Frantz (1967), *Black Skin, White Masks*. New York: Grove Press.
- Fanon, Frantz (2004), *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press.
- Ferreira, Vergílio (2002), «Questionação a Foucault e a algum Estruturalismo», in Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas*. Lisboa: Edições 70.
- Fontes, Fernando (2014), «The Portuguese Disabled People's Movement: Development, Demands and Outcomes», *Disability & Society*, 29(9), 1398-1411.
- Foucault, Michel (2002), *As palavras e as coisas*. Trad. António Ramos Rosa. Lisboa: Edições 70.
- Gomes, Carlos de Matos (2013), «A Africanização na Guerra Colonial e as suas sequelas. Tropas locais – os vilões nos ventos da História», in Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins (orgs.), *As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina: 123-42.
- Guerra, João Paulo (2009), *Descolonização portuguesa: o regresso das caravelas*. Alfragide: Oficina do Livro.
- Leder, Drew (1990), *The Absent Body*. Chicago: University of Chicago Press.
- Lourenço, Eduardo (2014), *Do Colonialismo como Nosso Impensado*. Org. Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva.
- Martins, Bruno (2006), *E se eu fosse cego: narrativas silenciadas da deficiência*. Porto: Afrontamento.
- Martins, Bruno (2008), «The Suffering Body in the Cultural Representations of Disability: The Anguish of Corporal Transgression», in Thomas Campbell et al. (orgs.), *Disability Studies: Emerging Insights and Perspectives*. Leeds: The Disability Press, 93-107.
- Martins, Bruno Sena (2015), «Violência colonial e testemunho», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, 105-26.

- Meneses, Maria Paula (2015), «Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, 9-52.
- Merleau-Ponty, Maurice (1999), *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes.
- Nixon, Rob (2009), «Neoliberalism, Slow Violence, and the Environmental Picaresque», *Modern Fiction Studies*, 55(3), 443-67.
- Nixon, Rob (2011), *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Pina, Manuel António (2012), «Depois», *Todas as palavras: poesia reunida*. Porto: Assírio & Alvim, 250-51.
- Povinelli, Elizabeth A. (2011), *Economies of Abandonment. Social Belonging and Endurance in Late Liberalism*. Durham [N.C.]: Duke University Press.
- Quintais, Luís (2000), *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da história*. Lisboa: ICS.
- Ribeiro, António Sousa (2010), «Memória, identidade e representação», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88, 9-21.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma história de regressos: Império, Guerra Colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento.
- Ricoeur, Paul (2004), *Memory, History, Forgetting*. Chicago: University of Chicago Press.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), «Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.
- Santos, Boaventura de Sousa (2013), «Prefácio», in Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins (org.), *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina.
- Striker, Henri-Jacques (1999), *A History of Disability*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Taussig, Michael T. (1999), *Defacement: Public Secrecy and the Labor of the Negative*. Stanford: Stanford University Press.
- Thomson, Rosemarie (1997), *Extraordinary Bodies: Figuring Physical Disability in American Culture and Literature*. New York: Columbia University Press.

Título: GEOMETRIAS DA MEMÓRIA: CONFIGURAÇÕES PÓS-COLONIAIS

Organizadores: António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro

© 2016, Edições Afrontamento e Autores

Capa: Departamento gráfico | Edições Afrontamento

Edição: Edições Afrontamento, Lda

Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt

memoirs.ces.uc.pt Centro de Estudos Sociais | Universidade de Coimbra

Colégio da Graça | Rua da Sofia, n.º 136

Apartado 3087 | 3000-995 Coimbra | Portugal

T: +351 239 855 570 | F: + 351 239 855 589 | memoirs@ces.uc.pt

ISBN: 978-972-36-1525-8

Colecção: Memoirs – Filhos de Império | 1

Depósito legal: 418142/16

N.º edição: 1746

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda./Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
Comercial@companhiadasartes.pt

Novembro de 2016